

# Estudo Técnico Preliminar 6/2020

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 60585.001802/2020-97

## 2. Descrição da necessidade

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços da proposta mais vantajosa para a eventual aquisição de água mineral sem gás, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

#### Observações Importantes:

a) Os itens 1 e 2 possuem a mesma especificação, a diferença está na quantidade, uma vez que foram devidamente divididos, em cota principal e em cota exclusiva, em observância ao Decreto nº 8.538/2015.

b) O Órgão Gerenciador é o Ministério da Defesa (UASG: 110404); e

c) O Órgão Participante é o Hospital das Forças Armadas (UASG: 112408).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DA COTA	CATMAT	UNID.	QUANT. MD	QUANT. HFA	QUANT. TOTAL (MD + HFA)	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	ÁGUA MINERAL NATURAL; TIPO: SEM GÁS; MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO; TIPO EMBALAGEM: RETORNÁVEL.	COTA PRINCIPAL (Decreto 8.538/15) destinado à ampla participação.	BR0445485	GARRAFÃO 20L	14.000	10.200	24.200	10,00	242.000,00
2	ÁGUA MINERAL NATURAL; TIPO: SEM GÁS; MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO; TIPO EMBALAGEM: RETORNÁVEL.	COTA RESERVADA (Decreto 8.538/15) de 24,8% referente ao item 1, que se destina à participação exclusiva de ME/EPP.	BR0445485	GARRAFÃO 20L	-	8.000	8.000	10,00	80.000,00
O CUSTO TOTAL DESTA AQUISIÇÃO POSSUI O VALOR DE:								R\$ 322.000,00	

## 1.1.1. Estimativas de consumo do Ministério da Defesa e do Hospital das Forças Armadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	REQ. MÍNIMA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	REQ. MÁXIMA DO MINISTÉRIO DA DEFESA	REQ. MÍNIMA DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	REQ. MÁXIMA DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS
1	ÁGUA MINERAL NATURAL; TIPO: SEM GÁS; MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO; TIPO EMBALAGEM: RETORNÁVEL.	Garrafão de 20L	270	1.080	5.000	18.200

**1.2. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

1.2.1. Definição de água mineral natural conforme item nº 2.1 do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nº 173/2006, “Água obtida diretamente de fontes naturais ou por extração de águas subterrâneas. É caracterizada pelo conteúdo definido e constante de determinados sais minerais, oligoelementos e outros constituintes considerando as flutuações naturais”.

1.2.2. De acordo com o art. 4º da Portaria nº 387, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), de 19 de setembro de 2008, apenas poderão ser utilizados para o envase e comercialização, as embalagens, plástico-garrafão retornável, que obedecem em seu processo de fabricação as normas constantes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - Norma Brasileira (NBR) 14.222, que estabelece os requisitos mínimos de fabricação e desempenho e os métodos de ensaio para o garrafão plástico destinado ao acondicionamento de água mineral e potável de mesa, para uso em sistema retornável, intercambiável ou exclusivo; e da ABNT NBR 14.328, que estabelece os requisitos mínimos para fabricação e desempenho da tampa plástica do garrafão destinado ao acondicionamento de água mineral e potável de mesa. Deverão ainda obedecer a ABNT NBR 14.637, que estabelece os requisitos mínimos para lavagem, enchimento e fechamento do garrafão plástico retornável de água mineral e potável de mesa; e a ABNT NBR 14.638, que estabelece os requisitos mínimos para a distribuição de água mineral e potável de mesa acondicionada em garrafão plástico retornável, conforme especificado na ABNT NBR 14.222, visando atender às exigências sanitárias legais e contribuir para sua comercialização adequada.

1.2.3. Além do estabelecido nas normas técnicas da ABNT constantes do subitem anterior, os vasilhames retornáveis devem trazer impresso de forma indelével e legível na parte superior do garrafão, entre o gargalo e o anel de reforço superior, as informações da nova redação dada pela Portaria DNPM nº 128/2011.

1.2.4. A data limite de 3 (três) anos de sua vida útil, especificada na forma “Data de Fabricação” e “Prazo de Validade” expressos segundo a escrita usual: mês/ano.

1.2.5. O número de certificação da embalagem que atesta a sua conformidade com as normas técnicas da ABNT NBR 14.222 e 14.328 e o nome do instituto técnico responsável pela emissão do certificado.

1.2.6. O rótulo do garrafão deverá conter as características básicas do rótulo-padrão criado pelo Decreto nº 7.841/1945 e aprovado pelo DNPM.

1.2.7. Os garrafões deverão ser cedidos ao Ministério da Defesa em regime de comodato, em quantidade suficiente para atender a demanda de consumo e a rotina de entrega do produto na AC/MD, ou seja, a cada requisição o Ministério da Defesa solicitará no mínimo 366 (trezentos e sessenta e seis) e no máximo 1.588 (um mil quinhentos e oitenta e oito) garrafões de água.

1.2.7.1. Os garrafões deverão ser cedidos ao Hospital das Forças Armadas em regime de comodato, em quantidade suficiente para atender a demanda de consumo e a rotina de entrega do produto no HFA, ou seja, a cada requisição o Hospital das Forças Armadas solicitará no mínimo 5.000 (cinco mil) e no máximo 18.200 (dezoito mil e duzentos) garrafões de água.

1.2.7.2. Os Órgãos Gerenciador e Participante optaram não adquirir tais galões e utilizarão os galões da Contratada sob a forma de comodato.

1.2.7.3. No caso dos garrafões serem danificados pela Contratante, sua reposição à Contratada ocorrerá com o prazo previsto no subitem 6.8.1 deste instrumento.

1.2.8. Da validade: O prazo de validade mínima da água, na data de entrega, deverá ser de 90 (noventa) dias.

1.2.9. Requisitos de sustentabilidade: A Instrução Normativa nº 1/2010-SLTI/MPOG, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020, não dispõem de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

1.2.10. O presente item **não** está cadastrado no CATMAT como sustentável.

**1.2.11. REQUISITOS AMBIENTAIS:**

1.2.11.1. visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá comprovar que o seu item apresenta os critérios de sustentabilidade ambientais abaixo discriminados.

a) para o **COMERCIANTE** dos produtos previstos neste instrumento:

a.1) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. Nos

a.2) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

1.2.11.2. de acordo com o § 1º do inciso IV do art. 5º da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, a comprovação do disposto nas alíneas a.1) e a.2) da letra a) do subitem 1.2.11.1 poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por **instituição pública oficial** ou **instituição credenciada**, ou por **qualquer outro meio de prova** que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste instrumento.

1.2.11.3. de acordo com o § 2º do inciso IV do art. 5º da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o MD poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada.

1.2.11.4. caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

1.2.11.5. para o item abaixo relacionado, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 11/2018, só será admitida a oferta do produto se o **FABRICANTE** estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020):

Item	Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF /APP.
1 e 2	<p>Anexo I - <b>Indústria de Produtos Alimentares e Bebida</b></p> <p>Código 16-13</p> <p>Fabricação de bebidas não alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação e <b>águas minerais</b>.</p>

a) a apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta “on line” ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao Processo; e

1.2.11.6. a conformidade com o solicitado no subitem 1.2.11.5 se dará por certidão emitida pelo IBAMA. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente

Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU /AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020):

a) caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

#### **1.2.12. A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR OS DOCUMENTOS ABAIXO RELACIONADOS:**

1.2.12.1. registro de concessão de lavra publicado no Diário Oficial da União.

1.2.12.2. laudo de propriedades químicas e físico-químicas (LAMIN), dentro do prazo previsto no art. 27 do Decreto-Lei nº 7.841/1945 (Código de Águas Minerais), em conformidade com a legislação sanitária RDC nº 274/2005.

1.2.12.3. cópia do rótulo do produto cotado e da respectiva publicação no Diário Oficial da União, em conformidade com o art. 1º da Portaria - MME nº 470/1999.

1.2.12.4. resultado dos 2 (dois) últimos exames bacteriológicos, compreendendo o período de um ano, realizados na fonte da qual provirá o produto ofertado, conforme previsto no parágrafo único do art. 27, do Decreto-Lei nº 7.841/1945.

1.2.12.5. licença de operação, expedida pelo órgão Ambiental responsável pela área da fonte de extração do produto, em conformidade com o disposto no art. 10 da Lei nº 6.938/1981.

1.2.12.6. portaria de outorga de direito de uso dos recursos hídricos de acordo com a Lei nº 9.433/1997 e Lei nº 9.984/2000.

## **2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A demanda apresentada pela Seção de Gestão Alimentar (SEGAL), tem como objetivo a aquisição de garrafão de 20 litros de água mineral para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa – AC/MD e no Anexo I do Bloco – “O” por um período de **12 (doze) meses**.

2.2. Com base nos incisos I e II do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, será utilizado o Sistema de Registro de Preços conforme o abaixo transcrito:

*“I - quando, pelas características do bem ou serviço, **houver necessidade de contratações frequentes;***

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com **previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;”* grifo nosso.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo para o **registro de preços** da **proposta mais vantajosa para** a eventual aquisição de água mineral sem gás, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice II deste Termo de Referência.

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1. O **material a ser adquirido é comum** de acordo com o **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado.

## **5. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

5.1. A água mineral deverá ser fornecida de forma **parcelada**, **de acordo com a demanda**, em estrita observância às especificações de que trata este instrumento.

5.2. A entrega da água mineral deverá ocorrer no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas contados do recebimento do pedido via fax ou e-mail, atestado pela respectiva nota de empenho, em um dos endereços abaixo citados:

<b>ÓRGÃO GERENCIADOR</b>	1	Edifício da Administração Central do Ministério da Defesa - Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - Subsolo - COSER/Seção de Gestão Alimentar - Portão de acesso pela Via N2 - CEP 70049-900.	Brasília-DF
	2	Anexo do Ministério da Defesa - Esplanada dos Ministérios - Bloco "O" - subsolo - CEP 70052-900.	Brasília-DF
<b>ÓRGÃO PARTICIPANTE</b>	3	Almoxarifado do Hospital das Forças Armadas (HFA) - Estrada Contorno do Bosque, s/nº - Bairro Sudoeste - Cep: 70673-900	Brasília-DF

5.3. Caso o prazo de entrega se encerre em um dia não útil, ele será estendido para o próximo dia útil subsequente.

5.4. A água será recebida **provisoriamente** no momento da entrega dos produtos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste instrumento e na proposta.

5.5. A água poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta de preços, devendo ser substituídos no prazo de 1 (um) dia útil, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. A água será recebida definitivamente no prazo de até 1 (um) dia útil, contado do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do fornecimento.

5.9. Horário de entrega: das 8h às 12h e das 14h às 17h.

5.10. Contato: Fernando José Pascoal - Chefe da SEGAL, telefone (61) 3312-4267/4360 - e-mail coser@defesa.gov.br.

5.11. Horário de entrega para o Hospital das Forças Armadas: de 2ª a 5ª feira de 07:30 às 11:00 hs e de 13:00 às 15:00 hs e nas 6ª feira de 07:30 às 11:00 hs e de 13:00 às 14:00hs

5.12. Contato: Seção de Recebimento de Materiais, – telefone: (61) 3966-2129 - e-mail:compras5@hfa.mil.br.

### **5.13. Habilitação Técnica:**

5.13.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste instrumento, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. No atestado, deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

5.13.1.1. CNPJ da licitante;

5.13.1.2. Indicação do número do contrato ou do empenho que originou a contratação;

5.13.1.3. Relatório dos bens; e

5.13.1.4. Nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão e CNPJ e Razão Social da empresa.

5.13.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

5.13.3. a soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a **30% (trinta por cento)** da quantidade prevista para cada item deste Termo de Referência, conforme tabela abaixo. (Em conformidade

com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário. Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104 /2012 - Tribunal de Contas da União).

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO MÍNIMO
1	ÁGUA MINERAL NATURAL; TIPO: SEM GÁS; MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO; TIPO EMBALAGEM: RETORNÁVEL.	GARRAFÃO 20L	7.260
2	ÁGUA MINERAL NATURAL; TIPO: SEM GÁS; MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO; TIPO EMBALAGEM: RETORNÁVEL.	GARRAFÃO 20L	2.400

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a **180 (cento e oitenta) dias**, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6.4. Notificar, por escrito, a Contratada quando houver eventual aplicação de penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.

6.5. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões.

6.6. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às instalações do Contratante para o cumprimento das rotinas de entrega e instalação, desde que tenham sido credenciados pelo Contratante e exclusivamente para entrega dos produtos elencados neste instrumento.

6.7. Atender os requisitos de distribuição previstos na ABNT NBR 14638 (embalagem plástica para água mineral e potável de mesa - garrafão retornável - requisitos para distribuição).

6.8. Repor os garrafões, danificados ou tornados inutilizados, quando a Administração for responsável pelo dano.

6.8.1. A reposição dos garrafões ocorrerá a cada 90 (noventa) dias.

6.8.2. Os garrafões atenderão aos requisitos previstos no item 1 deste instrumento.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste instrumento, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, com a devida comprovação; e

7.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3. Sujeitar-se à fiscalização da COSER/SEGAL quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes.

7.4. Responder por perdas e danos que vier a sofrer a AC/MD ou terceiros, em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

7.5. Responsabilizar-se pelo produto até o efetivo recebimento por parte da COSER/SEGAL adotando todas as medidas julgadas cabíveis, inclusive as que se referem à segurança e ao transporte até o local de entrega, arcando, dessa forma, com todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a AC/MD.

7.6. Submeter à aprovação do Departamento de Administração Interna (DEADI) toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas, de cunho administrativo legal.

7.7. Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, contribuições, fretes, seguros e demais encargos inerentes ao fornecimento do produto.

7.8. Obedecer a RDC nº 173/ANVISA/MS/2006, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural e a Lista de Verificação das Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural, no que tange a: captação, condução da água de captação, armazenamento da água da captação, seleção dos insumos e dos fornecedores, recepção e armazenamento dos insumos, fabricação e higienização das embalagens, envase e fechamento, rotulagem e armazenamento, transporte e comercialização, controle de qualidade, documentação e registro.

7.9. Fornecer ao Contratante, as suas expensas, a cada **180 (cento e oitenta) dias** ou quando solicitado, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, laudos técnicos ou exames bacteriológicos e microbiológicos que atesta a qualidade da água mineral fornecida.

7.10. Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, contribuições, fretes, seguros e demais encargos inerentes ao fornecimento do produto.

7.11. Quando da entrega do material, a licitante vencedora deverá:

7.11.1. atender as normas de segurança e demais regulamentos no âmbito da AC/MD;

7.11.2. instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndio nas áreas da AC/MD;

7.11.3. fornecer todos os equipamentos de segurança previstos na legislação vigente do Ministério do Trabalho e Emprego; e

7.11.4. emitir Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do Contratante.

## 8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 10. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. O atesto das notas fiscais ficará a cargo de servidores da COSER/SEGAL, de acordo com a IN nº 7/SEORI/SG/MD/2013.

## 11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da IN nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

## 12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### 14. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1. O prazo de garantia contratual do bem, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **30 (trinta) dias, de acordo com o Inciso I do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o **valor contratado**, até o limite de 5 (cinco) dias;

15.2.3. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o **valor contratado**, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. **Suspensão temporária de participação em licitação** e impedimento de contratar **com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas**, por até 2 (dois) anos;

15.2.6. **impedimento de licitar** e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 do Termo de Referência.

15.2.7. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.3. As sanções previstas nos **subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7** poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **16. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E DOS PREÇOS REFERENCIAIS**

16.1. O custo total desta aquisição possui o valor de **R\$ 322.000,00** (trezentos e vinte e dois mil reais).

## **17. DO APÊNDICE**

17.1. Apêndice I – Quadro demonstrativo de consumo e previsão; e

17.2. Apêndice II – Estudo Técnico Preliminar (ETP) do Órgão Gerenciador - Ministério da Defesa (MD) (2580798).

## APÊNDICE I

## QUADRO DEMONSTRATIVO DE CONSUMO E PREVISÃO

Item	Especificação	Und	Consumo														
			2019											2020			-
			Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Total Consumido	Qtd Prev. 2020 /2021	
1	Água Mineral 20 litros	Garrafão	1.198	1.123	1.137	1.155	1.166	1.149	1.127	1.145	1.140	1.146	1.112	1.002	13.600	14.000	

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEGAL	SC FERNANDO JOSÉ PASCOAL

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange a aquisição de água mineral sem gás. Os critérios e práticas de sustentabilidade: A Instrução Normativa nº 1/2010-SLTI/MPOG, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril /2020, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

## 5. Levantamento de Mercado

**A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E**

Pregão Eletrônico SRP nº 26/2019; Processo nº 60584.000611/2019-84 - Aquisição de água mineral sem gás.

**B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.**

No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) do Ministério da Economia, acessado em 11 de agosto de 2020, no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, pode ser observado que é comum a aquisição do material através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado nos pregões abaixo, que contém item com características similares ao pretendido neste instrumento:

Ata - Consulta Atas de Registros de Preços			
Período pesquisado		:	01/03/2019 até 29/02/2020
ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160338 - 1 ESQUADRAO DE CAVALARIA LEVE	Pregão 00004/2018	14/05/2019 14/05/2020
52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	120643 - GRUPAMENTO DE SANTA MARIA	Pregão 00002/2019	07/03/2019 07/03/2020
52131 - COMANDO DA MARINHA	791180 - BASE AEREA NAVAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA/RJ	Pregão 00024/2018	10/04/2019 10/04/2020
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160447 - 1 BATALHÃO FERROVIÁRIO	Pregão 00002/2019	25/03/2019 25/03/2020
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160411 - 7 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO/RS	Pregão 00010/2018	14/03/2019 14/03/2020

## 6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado neste Planejamento de Aquisição, abrange atender a necessidade do Órgão com a aquisição de garrafão de 20 litros de água mineral para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD e no Anexo I do Bloco – “O” por um período de doze meses.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Estimativa inicial realizada pelo Setor Demandante extraído do DFD nº 4 (2553920).

Anexo orçamento (2557270).

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Estimativa inicial realizada pelo Setor Demandante extraído do DFD nº 4 (2553920).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1. Parcelamento: Sim.

2. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme Parágrafo Único do **art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002**.

3. Opção de aquisição por: Menor preço por item.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os pregões realizados no período de 01/03/2019 até 29/02/2020, abaixo relacionados contém itens com características similares ao pretendido neste instrumento:

1. **Pregão nº 024/2018** - BASE AEREA NAVAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA/RJ (UASG nº 791180), Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios.

2. **Pregão nº 002/2019** - 1 BATALHÃO FERROVIÁRIO (UASG nº 160447), Pregão Eletrônico - Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios para Sede de Destacamentos.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O material a ser adquirido consta no **item nº 1.378** do PGC 2020, no valor estimado de **R\$ 140.000,00** de acordo com Instrução Normativa nº 1, do Ministério da Economia, de 10 de janeiro de 2019.

## 12. Resultados Pretendidos

O resultado pretendido será alcançado com a aquisição do material que englobam a presente processo de modo que este atenda ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD e no Anexo I do Bloco – “O” por um período de doze meses. Em relação a termos de efetividade e de desenvolvimento sustentável a Instrução Normativa nº 1/2010-SLTI/MPOG, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências para à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma aquisição de material comum.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A Instrução Normativa nº 1/2010-SLTI/MPOG, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista os elementos expostos neste instrumento, declaramos a viabilidade e a razoabilidade da aquisição.

## 16. Responsáveis

VOLMER DE OLIVEIRA SALES

Chefe

SD JEAN DE SOUSA MENDES NOBREGA

Especialista

## Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - Planejamento de Aquisição - Assinado SEI.pdf (358.89 KB)



**Anexo I - Planejamento de Aquisição - Assinado SEI.pdf**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**SECRETARIA-GERAL - SG**  
**SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL**  
**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E SERVIÇOS GERAIS**  
**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES**

**PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO**

O presente Planejamento da Aquisição (PA), foi confeccionado conforme a Instrução Normativa (IN) nº 6/DEADI/SEORI/SG/MD/2013 e com as adaptações determinadas pela IN nº 40/SEGES/MP/2020, tendo por objetivo levantar todos os elementos necessários e suficientes para a **aquisição de água mineral sem gás**, com o apoio e análise da Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ). Visa também a apresentação dos **Estudos Preliminares (EP)** e do **Gerenciamento de Riscos**, além, de compor o **Plano de Trabalho (PT)** e o **Termo de Referência (TR)**, confeccionado de acordo o modelo disponibilizado pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União. Termo de Referência - Modelo para compras - Pregão Eletrônico, Atualização: Julho/2020. Acessado em 10 de agosto de 2020, às 10h06min no seguinte endereço: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/compras-pregao-eletronico>, respectivamente, referentes à aquisição pretendida.

**ESTUDOS PRELIMINARES**

**DESIGNAÇÃO DE EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

De acordo como o art. 23 da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o órgão ou entidade poderá definir de forma diversa a formação de equipe responsável pelo Planejamento das Contratações quando contemplarem área técnica específica em sua estrutura, observadas as disposições da Seção I - Dos Procedimentos Iniciais para Elaboração do Planejamento da Contratação do Capítulo III - DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO, no que couber.

De acordo com o art. 41 da Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (Regimento Interno do Ministério da Defesa), compete à Assessoria de Planejamento de Aquisições, no âmbito de sua atuação:

I - assistir o Diretor de Engenharia e Serviços Gerais;

II - consolidar demandas para a aquisição de bens e contratação de serviços de natureza comum apresentadas no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, mediante registro no repositório correspondente para aprovação da autoridade competente, exceto para itens e serviços de tecnologia da informação e comunicações;

III - elaborar o **planejamento da contratação** para a aquisição de bens e contratação de serviços de natureza comum demandados no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, exceto para soluções de tecnologia da informação e comunicações, ou quando a complexidade e a natureza do objeto recomendar a composição de equipe de planejamento de contratação;

IV - elaborar **plano de trabalho** para aquisição de bens e contratação de serviços e para adesão a atas de registro de preços no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, exceto para soluções de tecnologia da informação e comunicações;

V - elaborar **projeto básico/ termo de referência** e demais documentos necessários para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, exceto para gestão de pessoas, engenharia e soluções de tecnologia da informação e comunicações, em consonância com as normas vigentes;

VI - analisar, atender e adequar, no que couber, os instrumentos confeccionados em resposta aos questionamentos e recomendações apresentados pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa, limitado ao âmbito de atuação do Departamento;

VII - solicitar o cadastramento de itens nas ferramentas Catalogação de Material (CATMAT) e Catalogação de Serviços (CATSER) do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG);

VIII - assessorar o Diretor na coordenação, no controle e na racionalização do emprego dos recursos pertencentes ao Departamento; e

IX - assessorar o Diretor nos assuntos relativos à execução do planejamento orçamentário e financeiro, execução e acompanhamento dos processos de aquisição

Desta forma de acordo com as legislações acima citadas e as características do serviço a ser contratado **não** será indicada Equipe de Planejamento da Contratação, sendo esta tarefa realizada pela Assessoria de Planejamento de Aquisições.

**I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços da proposta mais vantajosa para** a eventual aquisição de água mineral sem gás, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

**Observações:**

a) Os itens 1 e 2 possuem a mesma especificação, a diferença está na quantidade, uma vez que foram devidamente divididos, em cota principal e em cota exclusiva, em observância ao Decreto nº 8.538/2015.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	VALOR	VALOR
------	---------------	--------	-----	-----	-------	-------

					UNIT. (R\$)	TOTAL (R\$)
1	ÁGUA MINERAL NATURAL; TIPO: SEM GÁS; MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO; TIPO EMBALAGEM: RETORNÁVEL.	BR0445485	GARRAFÃO 20L	10.500	10,00	105.000,00
2	ÁGUA MINERAL NATURAL; TIPO: SEM GÁS; MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO; TIPO EMBALAGEM: RETORNÁVEL.	BR0445485	GARRAFÃO 20L	3.500	10,00	35.000,00
CUSTO TOTAL GERAL R\$						140.000,00

COTA PRINCIPAL (DECRETO 8.538/15)	Para o item que compõe a COTA PRINCIPAL destinado à ampla participação
25% REFERENTE A QUANTIDADE TOTAL DO ITEM 1 (DECRETO 8.538/15)	Para o item que compõe a COTA RESERVADA DE 25% destinado à participação exclusiva de ME/EPP, referente a totalidade do item 1.

## 1.1.1. Estimativas de consumo do MD.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	REQ. MÍNIMA	REQ. MÁXIMA
1	ÁGUA MINERAL NATURAL; TIPO: SEM GÁS; MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO; TIPO EMBALAGEM: RETORNÁVEL.	Garraão de 20 L	270	1.080

## 1.2. Critérios de aceitabilidade da proposta:

1.2.1. Definição de água mineral natural conforme item nº 2.1 do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nº 173/2006, “Água obtida diretamente de fontes naturais ou por extração de águas subterrâneas. É caracterizada pelo conteúdo definido e constante de determinados sais minerais, oligoelementos e outros constituintes considerando as flutuações naturais”.

1.2.2. De acordo com o art. 4º da Portaria nº 387, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), de 19 de setembro de 2008, apenas poderão ser utilizados para o envase e comercialização, as embalagens, plástico-garraão retornável, que obedeçam em seu processo de fabricação as normas constantes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - Norma Brasileira (NBR) 14.222, que estabelece os requisitos mínimos de fabricação e desempenho e os métodos de ensaio para o garraão plástico destinado ao acondicionamento de água mineral e potável de mesa, para uso em sistema retornável, intercambiável ou exclusivo; e da ABNT NBR 14.328, que estabelece os requisitos mínimos para fabricação e desempenho da tampa plástica do garraão destinado ao acondicionamento de água mineral e potável de mesa. Deverão ainda obedecer a ABNT NBR 14.637, que estabelece os requisitos mínimos para lavagem, enchimento e fechamento do garraão plástico retornável de água mineral e potável de mesa; e a ABNT NBR 14.638, que estabelece os requisitos mínimos para a distribuição de água mineral e potável de mesa acondicionada em garraão plástico retornável, conforme especificado na ABNT NBR 14.222, visando atender às exigências sanitárias legais e contribuir para sua comercialização adequada.

1.2.3. Além do estabelecido nas normas técnicas da ABNT constantes do subitem anterior, os vasilhames retornáveis devem trazer impresso de forma indelével e legível na parte superior do garraão, entre o gargalo e o anel de reforço superior, as informações da nova redação dada pela Portaria DNPM nº 128/2011.

1.2.4. A data limite de 3 (três) anos de sua vida útil, especificada na forma “Data de Fabricação” e “Prazo de Validade” expressos segundo a escrita usual: mês/ano.

1.2.5. O número de certificação da embalagem que atesta a sua conformidade com as normas técnicas da ABNT NBR 14.222 e 14.328 e o nome do instituto técnico responsável pela emissão do certificado.

1.2.6. O rótulo do garraão deverá conter as características básicas do rótulo-padrão criado pelo Decreto nº 7.841/1945 e aprovado pelo DNPM.

1.2.7. Os garraões deverão ser cedidos ao Contratante em regime de comodato, em quantidade suficiente para atender a demanda de consumo e a rotina de entrega do produto na AC/MD, ou seja, a cada requisição o Ministério da Defesa solicitará no mínimo 366 (trezentos e sessenta e seis) e no máximo 1.588 (um mil quinhentos e oitenta e oito) garraões de água.

1.2.7.1. no caso dos garraões serem danificados pela Contratante, sua reposição à Contratada ocorrerá com o prazo previsto no subitem 5.8.1 deste instrumento.

1.2.8. Da validade: O prazo de validade mínima da água, na data de entrega, deverá ser de 90 (noventa) dias.

1.2.9. Requisitos de sustentabilidade: A Instrução Normativa nº 1/2010-SLTI/MPOG, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020, não dispõem de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

1.2.10. O presente item **não** está cadastrado no CATMAT como sustentável.

1.2.11. Requisitos ambientais:

1.2.11.1. visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá comprovar que o seu item apresenta os critérios de sustentabilidade ambientais abaixo discriminados.

a) para o **comerciante** dos produtos previstos neste instrumento:

a.1) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

a.2) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

1.2.11.2. de acordo com o § 1º do inciso IV do art. 5º da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, a comprovação do disposto nas alíneas a.1) e a.2) da letra a) do subitem 1.2.11.1 poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por **instituição pública oficial** ou **instituição credenciada**, ou por **qualquer outro meio de prova** que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste instrumento.

1.2.11.3. de acordo com o § 2º do inciso IV do art. 5º da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o MD poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada.

1.2.11.4. caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

1.2.11.5. para o item abaixo relacionado, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 11/2018, só será admitida a oferta do produto se o **fabricante** estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos

Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020):

Item	Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP.
1 e 2	Anexo I - <b>Indústria de Produtos Alimentares e Bebida</b> - Código 16-13 Fabricação de bebidas não-alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação e <b>águas minerais</b> .

1.2.11.6. a conformidade com o solicitado no subitem 1.2.11.5 se dará por certidão emitida pelo IBAMA; o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020):

a) a apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta “on line” ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao Processo; e

b) caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

1.2.12. A licitante deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

1.2.12.1. registro de concessão de lavra publicado no Diário Oficial da União.

1.2.12.2. laudo de propriedades químicas e físico-químicas (LAMIN), dentro do prazo previsto no art. 27 do Decreto-Lei nº 7.841/1945 (Código de Águas Minerais), em conformidade com a legislação sanitária RDC nº 274/2005.

1.2.12.3. cópia do rótulo do produto cotado e da respectiva publicação no Diário Oficial da União, em conformidade com o art. 1º da Portaria - MME nº 470/1999.

1.2.12.4. resultado dos 2 (dois) últimos exames bacteriológicos, compreendendo o período de um ano, realizados na fonte da qual provirá o produto ofertado, conforme previsto no parágrafo único do art. 27, do Decreto-Lei nº 7.841/1945.

1.2.12.5. licença de operação, expedida pelo órgão Ambiental responsável pela área da fonte de extração do produto, em conformidade com o disposto no art. 10 da Lei nº 6.938/1981.

1.2.12.6. portaria de outorga de direito de uso dos recursos hídricos de acordo com a Lei nº 9.433/1997 e Lei nº 9.984/2000.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A demanda apresentada pela Seção de Gestão Alimentar (SEGAL), tem como objetivo a aquisição de garrafão de 20 litros de água mineral para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa – AC/MD e no Anexo I do Bloco – “O” por um período de **12 (doze) meses**.

2.2. Com base nos incisos I e II do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, será utilizado o Sistema de Registro de Preços conforme o abaixo transcrito:

*“I - quando, pelas características do bem ou serviço, **houver necessidade de contratações frequentes**;*

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com **previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;”* grifo nosso.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O **material a ser adquirido é comum** de acordo com o **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado.

## 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. A água mineral deverá ser fornecida de forma **parcelada, de acordo com a demanda**, em estrita observância às especificações de que trata este instrumento.

5.2. A entrega da água mineral deverá ocorrer no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas contados do recebimento do pedido via fax ou e-mail, atestado pela respectiva nota de empenho, em um dos endereços abaixo citados:

1	Edifício da Administração Central do Ministério da Defesa - Esplanada dos Ministérios - Bloco “Q” - Subsolo - COSER/Seção de Gestão Alimentar - Portão de acesso pela Via N2 - CEP 70049-900.	Brasília-DF
2	Anexo do Ministério da Defesa - Esplanada dos Ministérios - Bloco “O” - subsolo - CEP 70052-900.	Brasília-DF

5.3. Caso o prazo de entrega se encerre em um dia não útil, ele será estendido para o próximo dia útil subsequente.

5.4. A água será recebida **provisoriamente** no momento da entrega dos produtos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste instrumento e na proposta.

5.5. A água poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta de preços, devendo ser substituídos no prazo de 1 (um) dia útil, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. A água será recebida definitivamente no prazo de até 1 (um) dia útil, contado do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do fornecimento.

5.9. Horário de entrega: das 8h às 12h e das 14h às 17h.

5.10. Contato: Fernando José Pascoal - Chefe da SEGAL, telefone (61) 3312-4267/4360 - e-mail [fernando.pascoal@defesa.gov.br](mailto:fernando.pascoal@defesa.gov.br).

#### **5.11. Habilitação Técnica:**

5.11.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste instrumento, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. No atestado, deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

5.11.1.1. CNPJ da licitante;

5.11.1.2. Indicação do número do contrato ou do empenho que originou a contratação;

5.11.1.3. Relatório dos bens; e

5.11.1.4. Nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão e CNPJ e Razão Social da empresa.

5.11.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

5.11.3. a soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a **30% (trinta por cento)** da quantidade prevista para cada item deste Termo de Referência, conforme tabela abaixo. (Em conformidade com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário. Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104/2012 - Tribunal de Contas da União).

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO MÍNIMO
1	ÁGUA MINERAL NATURAL; TIPO: SEM GÁS; MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO; TIPO EMBALAGEM: RETORNÁVEL.	GARRAFÃO 20L	3.150
2	ÁGUA MINERAL NATURAL; TIPO: SEM GÁS; MATERIAL EMBALAGEM: PLÁSTICO; TIPO EMBALAGEM: RETORNÁVEL.	GARRAFÃO 20L	1.050

#### **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6.4. Notificar, por escrito, a Contratada quando houver eventual aplicação de penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.

6.5. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões.

6.6. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às instalações do Contratante para o cumprimento das rotinas de entrega e instalação, desde que tenham sido credenciados pelo Contratante e exclusivamente para entrega dos produtos elencados neste instrumento.

6.7. Atender os requisitos de distribuição previstos na ABNT NBR 14638 (embalagem plástica para água mineral e potável de mesa - garrafão retornável - requisitos para distribuição).

6.8. Repor os garrafões, danificados ou tornados inutilizados, quando a Administração for responsável pelo dano.

6.8.1. A reposição dos garrafões ocorrerá a cada 90 (noventa) dias.

6.8.2. Os garrafões atenderão aos requisitos previstos no item 1 deste instrumento.

#### **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste instrumento, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, com a devida comprovação; e

7.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3. Sujeitar-se à fiscalização da COSER/SEGAL quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes.

7.4. Responder por perdas e danos que vier a sofrer a AC/MD ou terceiros, em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

7.5. Responsabilizar-se pelo produto até o efetivo recebimento por parte da COSER/SEGAL adotando todas as medidas julgadas cabíveis, inclusive as que se referem à segurança e ao transporte até o local de entrega, arcando, dessa forma, com todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a AC/MD.

7.6. Submeter à aprovação do Departamento de Administração Interna (DEADI) toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas, de cunho administrativo legal.

7.7. Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, contribuições, fretes, seguros e demais encargos inerentes ao fornecimento do produto.

7.8. Obedecer a RDC nº 173/ANVISA/MS/2006, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural e a Lista de Verificação das Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural, no que tange a: captação, condução da água de captação, armazenamento da água da captação, seleção dos insumos e dos fornecedores, recepção e armazenamento dos insumos, fabricação e higienização das embalagens, envase e fechamento, rotulagem e armazenamento, transporte e comercialização, controle de qualidade, documentação e registro.

7.9. Fornecer ao Contratante, as suas expensas, a cada **180 (cento e oitenta) dias** ou quando solicitado, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, laudos técnicos ou exames bacteriológicos e microbiológicos que atesta a qualidade da água mineral fornecida.

7.10. Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, contribuições, fretes, seguros e demais encargos inerentes ao fornecimento do produto.

7.11. Quando da entrega do material, a licitante vencedora deverá:

7.11.1. atender as normas de segurança e demais regulamentos no âmbito da AC/MD;

7.11.2. instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndio nas áreas da AC/MD;

7.11.3. fornecer todos os equipamentos de segurança previstos na legislação vigente do Ministério do Trabalho e Emprego; e

7.11.4. emitir Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do Contratante.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. O atesto das notas fiscais ficará a cargo de servidores da COSER/SEGAL, de acordo com a IN nº 7/SEORI/SG/MD/2013.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5ª, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da IN nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100)$

365

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

## **12. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO**

### **12. DO REAJUSTE**

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



#### 14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1. O prazo de garantia contratual do bem, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **30 (trinta) dias, de acordo com o Inciso I do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

#### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o **valor contratado**, até o limite de 5 (cinco) dias;

15.2.3. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o **valor contratado**, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. **Suspensão temporária de participação em licitação** e impedimento de contratar **com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas**, por até 2 (dois) anos;

15.2.6. **impedimento de licitar** e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

15.2.7. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.3. As sanções previstas nos **subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7** poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1. O custo total desta aquisição possui o valor de **R\$ 140.000,00** (cento e quarenta mil reais).

#### 17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. As despesas para atender a esta licitação estão a cargo da Gerência de Orçamento e Finanças.

#### 18. APÊNDICE



## 18.1. Apêndice I - Quadro demonstrativo de consumo e previsão.

**II - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange a aquisição de água mineral sem gás. Os critérios e práticas de sustentabilidade: A Instrução Normativa nº 1/2010-SLTI/MPOG, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

**III - LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:**

**A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E**

Pregão Eletrônico SRP nº 26/2019: Processo nº 60584.000611/2019-84 - Aquisição de água mineral sem gás.

**B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.**

No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) do Ministério da Economia, acessado em 11 de agosto de 2020, no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, pode ser observado que é comum a aquisição do material através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado nos pregões abaixo, que contém item com características similares ao pretendido neste instrumento:

Ata - Consulta Atas de Registros de Preços	
Período pesquisado	: 01/03/2019 até 29/02/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160338 - 1 ESQUADRAO DE CAVALARIA LEVE	Pregão 00004/2018	14/05/2019 14/05/2020
52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	120643 - GRUPAMENTO DE SANTA MARIA	Pregão 00002/2019	07/03/2019 07/03/2020
52131 - COMANDO DA MARINHA	791180 - BASE AEREA NAVAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA/RJ	Pregão 00024/2018	10/04/2019 10/04/2020
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160447 - 1 BATALHÃO FERROVIÁRIO	Pregão 00002/2019	25/03/2019 25/03/2020
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160411 - 7 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO/RS	Pregão 00010/2018	14/03/2019 14/03/2020

**IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO**

A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado neste Planejamento de Aquisição, abrange atender a necessidade do Órgão com a aquisição de garrafão de 20 litros de água mineral para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD e no Anexo I do Bloco – “O” por um período de doze meses.

**V - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA**

Estimativa inicial realizada pelo Setor Demandante extraído do DFD nº 4 (2553920).

Anexo orçamento (2557270).

**VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA AQUISIÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO**

Estimativa inicial realizada pelo Setor Demandante extraído do DFD nº 4 (2553920).

**VII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL**

1. Parcelamento: Sim.

2. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme Parágrafo Único do **art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002**.

3. Opção de aquisição por: Menor preço por item.

**VIII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Os pregões realizados no período de 01/03/2019 até 29/02/2020, abaixo relacionados contém itens com características similares ao pretendido neste instrumento:

1. **Pregão nº 024/2018** - BASE AEREA NAVAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA/RJ (UASG nº 791180), Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico - Aquisição de gêneros alimentícios.
2. **Pregão nº 002/2019** - 1 BATALHÃO FERROVIÁRIO (UASG nº 160447), Pregão Eletrônico - Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios para Sede de Destacamentos.

**IX - DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO**

O material a ser adquirido consta no **item nº 1.378** do PGC 2020, no valor estimado de **R\$ 140.000,00** de acordo com Instrução Normativa nº 1, do Ministério da Economia, de 10 de janeiro de 2019.

**X - RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL**

O resultado pretendido será alcançado com a aquisição do material que englobam a presente processo de modo que este atenda ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD e no Anexo I do Bloco – “O” por um período de doze meses. Em relação a termos de efetividade e de desenvolvimento sustentável a Instrução Normativa nº 1/2010-SLTI/MPOG, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

**XI - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO**

Não serão necessárias providências para à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma aquisição de material comum.

**XII - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO**

A Instrução Normativa nº 1/2010-SLTI/MPOG, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

**XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA AQUISIÇÃO**

Tendo em vista os elementos expostos neste instrumento, declaramos a viabilidade e a razoabilidade da aquisição.

**FERNANDO JOSÉ PASCOAL**  
Integrante Requisitante/Técnico

**VOLMER DE OLIVEIRA SALES – ST**  
Integrante Administrativo

**TALES PAIVA RODRIGUES – Ten Cel**  
Gerente de Serviços Gerais e Patrimônio

**Aprovo**, de acordo com o Inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024/2019.

**JOSÉ ROSALVO LEITÃO DE ALMEIDA**  
Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais

**GERENCIAMENTO DE RISCOS**

**INTRODUÇÃO**

Esta etapa tem por objetivo descrever, analisar e tratar os riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso em todas as fases desta aquisição.

**1 - RISCOS DA AQUISIÇÃO:**

1.1 - Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Aquisição, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

1.2 - Avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco.

1.3 - Tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.

1.4 - Para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem.

1.5 - Definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

1.6 - A responsabilidade pela atualização do Gerenciamento de Riscos nas fases que abrangem os Estudos Preliminares e o Projeto Básico e/ou Termo de Referência é de competência da equipe de Planejamento da Aquisição; na fase de seleção do fornecedor da Coordenação de Licitação; e após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

**2 - POSSIBILIDADES E DANOS:**

Identificação das possibilidades de ocorrência e dos danos potenciais a cada risco identificado:

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 1			
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
<b>Id</b>	<b>Dano</b>		
1	Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).		
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
1	Anular o risco por meio de adequações técnicas que se fizerem necessárias.	Demandante.	
2	Anular o risco por meio de adequações jurídicas que se fizerem necessárias.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
1	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e ASPLAQ.	
2	Responder a impugnação caso seja de caráter técnico.	Coordenação de Licitação (COLIC), Demandante e ASPLAQ.	

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 2			
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
<b>Id</b>	<b>Dano</b>		
1	Atrasos decorrentes de adequações necessárias as demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).		
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
1	Analisar processos anteriores e análogos retirando as incoerências apresentadas.	ASPLAQ.	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
1	Anular o risco por meio de ajustes neste instrumento.	ASPLAQ.	
2	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e ASPLAQ.	
3	Habilitar fornecedor com capacidade técnica para a realização da contratação desejada.	Demandante e COLIC.	

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 3			
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
<b>Id</b>	<b>Dano</b>		
1	Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.		
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
1	Analisar processos anteriores e análogos, retirando as exigências do item que não foram atendidos.	ASPLAQ.	
2	Incluir as exigências de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - Abril/2020	ASPLAQ.	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
1	Excluir a exigência no item que apresente problema no fornecimento.	ASPLAQ.	
2	Exigir atestado de capacidade técnica.	COLIC.	

**Analísado:**

**FERNANDO JOSÉ PASCOAL**  
Integrante Requisitante/Técnico

**VOLMER DE OLIVEIRA SALES – ST**  
Integrante Administrativo

**TALES PAIVA RODRIGUES – Ten Cel**  
Gerente de Serviços Gerais e Patrimônio

**APÊNDICE I - QUADRO DEMONSTRATIVO DE CONSUMO E PREVISÃO**

Item	Especificação	Und	Consumo											
			2019										2020	2020
			Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
1	Água Mineral 20 litros	Garrafão	1.198	1.123	1.137	1.155	1.166	1.149	1.127	1.145	1.140	1.146	1.112	1.002
													Total	14.000

**APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO**

**AUTORIDADES APROVADORAS DO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO**

**Aprovo**, de acordo com o Inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024/2019.

**JOSÉ ROSALVO LEITÃO DE ALMEIDA**  
Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Volmer de Oliveira Sales, Chefe**, em 12/08/2020, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando José Pascoal, Chefe**, em 12/08/2020, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **José Rosalvo Leitão de Almeida, Diretor**, em 12/08/2020, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Tales Paiva Rodrigues, Gerente**, em 12/08/2020, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **2579732** e o código CRC **D148BEC2**.